

**Seção de Legislação do Município de Nonoai / RS****LEI MUNICIPAL Nº 2.970, DE 18/12/2013****REORGANIZA AS DISPOSIÇÕES SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*JOÃO VIANEI RUBIN, Prefeito Municipal de Nonoai, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, inciso V, da Lei Orgânica do Município,*

*FAÇO SABER, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:*

**TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** A presente Lei dispõe sobre a política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e das normas gerais para a sua adequada aplicação, nos limites do Município de Nonoai.

**Art. 2º** O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no município será feito através de:

I - Políticas Sociais Básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras, assegurando-se, em todas elas, o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

II - Políticas e programas de Assistência Social em caráter supletivo para aqueles que dela necessitarem;

III - políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes;

IV - campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

**§ 1º** É vedada a criação de programas de caráter compensatório na ausência ou insuficiências das políticas sociais básicas no Município sem a prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**§ 2º** O Município destinará recursos públicos para tornar efetivo o disposto nesta lei e na Lei Federal nº 8.069/90.

**Art. 3º** O Município criará programas e serviços a que aludem os incisos II e III do artigo anterior, podendo integrar consórcio regional para facilitar o custeio e manutenção dos serviços, instituindo e mantendo atividades governamentais ou não - governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICAN.

**§ 1º** Os programas serão classificados como de proteção ou socioeducativos e destinar-se-ão a:

Orientação, apoio sociofamiliar;

Apoio socioeducativo em meio aberto; Colocação Familiar;

Acolhimento Institucional;

Prestação de Serviços à Comunidade Liberdade Assistida;

Semiliberdade;

Internação.

**Art. 4º** Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedir normas para a organização e o funcionamento de serviços que se fizerem necessários, tais como:

I - Serviço Especial de Prevenção e Atendimento médico e profissional às vítimas de negligência, maus - tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

II - Serviço de Identificação e localização de pais, responsável, crianças adolescentes desaparecidos;

III - Proteção Jurídico - Social aos que dela necessitarem, por meio de entidades de defesa dos direitos da criança e

do adolescente.

**TÍTULO II - DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO**  
**CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 5º** A Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será garantida através dos seguintes órgãos:

- I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**CAPÍTULO II - DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - COMDICAN**  
**Seção I - Da criação e natureza do Conselho**

**Art. 6º** Fica mantido o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICAN, já criado e instalado como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento da Criança e do Adolescente do Município de Nonoai.

**Seção II - Da competência do Conselho**

**Art. 7º** Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I - Formular a política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, a captação e aplicação de recursos;
- II - Zelar pela execução dessa política, atendendo as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona urbana ou rural em que se localizem;
- III - Formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município em tudo que se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;
- IV - Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no Município, que possa afetar as suas deliberações;
- V - incentivar e apoiar campanhas promocionais e de conscientização dos direitos da criança e do adolescente;
- VI - efetuar o registro das entidades governamentais e não-governamentais, em sua base territorial, que prestam atendimentos a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o [artigo 90, § 1º](#), e, no que couber, as medidas previstas nos [artigos 101, 112 e 129, todos da Lei nº 8.069/90](#);
- VII - efetuar a inscrição dos programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias que estejam em execução na sua base territorial por entidades governamentais e não-governamentais;
- VIII - regulamentar, organizar e coordenar o processo de escolha dos conselheiros tutelares, seguindo as determinações da [Lei nº 8.069/90](#), com as alterações inseridas pela [Lei Federal nº 12.696/2012](#), da resolução nº 139/2010 do Conanda, bem como o disposto no [artigo 26](#) e seguintes desta Lei;
- IX - adotar todas as providências que se julgarem cabíveis para a eleição e a posse dos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos membros, nos termos do respectivo regulamento, e declarar vago o posto por perda do mandato nas hipóteses previstas nesta lei;
- X - Gerir e deliberar sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de planos de ação e aplicação, aprovados em Assembleia Geral do Conselho;
- XI - Deliberar, controlar e fazer cumprir as determinações legais sobre o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, nos termos previstos nas [Leis Federais nº 8.069/90 e nº 12.594/2012](#);
- XII - Elaborar e propor alterações em seu Regimento Interno;
- XIII - Eleger sua diretoria.

**Art. 8º** O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá também, periodicamente, no máximo a cada 02 (dois) anos, realizar o cadastramento das entidades e dos programas em execução, certificando-se de sua contínua adequação à política de promoção dos direitos da criança e do adolescente traçada.

**§ 1º** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá expedir resolução indicando a relação de documentos a serem fornecidos pela entidade para fins de registro, considerando o disposto no [art. 91 da Lei 8.069/90](#).

**§ 2º** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente não concederá registros para funcionamento de entidades ou inscrição de programas que desenvolvam apenas, atendimento em modalidades educacionais formais de educação infantil, ensino fundamental e médio.

**Art. 9º** A concessão, pelo poder público, de qualquer subvenção ou auxílio a entidades que, de qualquer modo, tenha por objetivo a proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, deverá estar condicionada ao cadastramento prévio da entidade junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de que trata este capítulo e a respectiva escrituração da verba junto ao Fundo Municipal.

### Seção III - Da Composição do Conselho

**Art. 10.** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será constituído por, no mínimo 12 (doze) e no máximo 20 (vinte) membros, composto paritariamente pelas instituições governamentais e não-governamentais.

**§ 1º** Haverá 01 (um) suplente para cada membro titular.

**§ 2º** O COMDICAN reunir-se-á no mínimo uma vez por mês, ordinariamente, ou, em caráter extraordinário, quando convocado pelo residente.

**§ 3º** A Prefeitura Municipal dará suporte administrativo e financeiro ao COMDICAN utilizando-se, para tanto, de servidores, espaço físico e recursos destinados para tal fim.

**§ 4º** A ausência injustificada por 02 (duas) reuniões consecutivas ou 04 (quatro) intercaladas, no decurso do mandato, implicará na exclusão automática da entidade.

**Art. 11.** A função do membro do Conselho Municipal é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

**Art. 12.** As deliberações do COMDICAN serão tomadas pela maioria dos membros presentes às reuniões e formalizadas através de resoluções.

**Parágrafo único.** Todos os conselheiros terão direito a voto, inclusive o Presidente.

### Seção IV - Dos Representantes do Município e da Sociedade Civil Organizada

**Art. 13.** Os representantes das entidades governamentais municipal serão, a cada 02 (dois anos), designados pelo Prefeito Municipal.

**§ 1º** Os conselheiros e suplentes governamentais, serão nomeados livremente pelo Prefeito Municipal, que poderá destitui-los a qualquer tempo.

**§ 2º** Observada a estrutura administrativa do município, deverão ser designados, prioritariamente, representantes dos setores responsáveis pelas políticas públicas básicas (assistência social, educação, saúde e desporto), direitos humanos e finanças e planejamento.

**Art. 14.** A representação da sociedade civil garantirá a participação da população por meio de organizações representativas.

**§ 1º** Poderão participar do processo de escolha organizações da sociedade civil constituídas há pelo menos dois anos com atuação no âmbito territorial correspondente.

**§ 2º** A representação da sociedade civil nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, diferentemente da representação governamental, não poderá ser previamente estabelecida, devendo submeter-se periodicamente ao processo de escolha;

**§ 3º** O processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente proceder-se-á da seguinte forma:

- a) convocação do processo de escolha pelo conselho em até 60 dias antes de término do mandato;
- b) designação de uma comissão eleitoral composta por conselheiros representantes da sociedade civil para organizar e realizar o processo eleitoral;
- c) o processo de escolha dar-se-á exclusivamente através de assembleia específica.

**§ 4º** O mandato no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente pertencerá à organização da sociedade civil eleita, que indicará um de seus membros para atuar como seu representante.

**§ 5º** A eventual substituição dos representantes das organizações da sociedade civil no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá ser previamente comunicada e justificada, não podendo prejudicar as atividades do

Conselho.

**§ 6º** O Ministério Público deverá ser solicitado para acompanhar e fiscalizar o processo eleitoral dos representantes das organizações da sociedade civil.

**§ 7º** É vedada a indicação de nomes ou qualquer outra forma de ingerência do Poder Público sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Art. 15.** O mandato dos representantes da sociedade civil junto aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente será de 02 (dois) anos.

**Parágrafo único.** É vedada a prorrogação de mandatos ou a recondução automática.

**Art. 16.** Os representantes da sociedade civil junto ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente serão empossados no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a proclamação do resultado da respectiva eleição, com a publicação dos nomes das organizações da sociedade civil e dos seus respectivos representantes eleitos, titulares e suplentes.

**Art. 17.** Não deverão compor os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito do seu funcionamento:

- I - Conselhos de políticas públicas;
- II - Representantes de órgão de outras esferas governamentais;
- III - Representantes que exerçam simultaneamente cargo ou função comissionada de órgão governamental e de direção em organização da sociedade civil;
- IV - Conselheiros Tutelares.

### **CAPÍTULO III - DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

#### **Seção I - Da Criação e Natureza do Fundo**

**Art. 18.** Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual é órgão vinculado.

**Art. 19.** O Poder Executivo, nos orçamentos anuais, consignará dotação orçamentária específica para funcionamento do COMDICAN, do Conselho Tutelar e para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Art. 20.** A Administração Contábil do Fundo Municipal do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente é de responsabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda.

**§ 1º** As entidades governamentais e não - governamentais deverão prestar conta anualmente dos recursos advindos do Fundo habilitando-se, assim, a receber novos recursos orçamentários.

**§ 2º** O fundo será regulamentado, em tudo o que for necessário, pelo Poder Executivo, depois de ouvido o COMDICAN.

**§ 3º** O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve constituir unidade orçamentária própria e ser parte integrante do orçamento público.

**§ 4º** Nenhum recurso pode ser movimentado sem deliberação do Conselho dos Direitos.

**§ 5º** Deverá ser emitido recibo, anualmente, em favor do contribuinte que efetuou doação, através da dedução do Imposto de renda, assinado por pessoa competente e pelo presidente do Conselho de Direitos, especificando: número de ordem, ano- calendário, nome, CNPJ ou CPF, endereço, data da doação e valor efetivamente recebido.

**Art. 21.** A Secretaria Municipal da Fazenda deverá efetuar a apresentação de demonstrativos da Receita e Despesa, no que diz respeito ao Fundo Municipal para a Criança e Adolescência, sempre que houver solicitação, do COMDICAN.

**Art. 22.** Constitui receita do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I - Recursos orçamentários destinados pelo Município;
- II - Recursos oriundos de convênios atinentes à execução de políticas para o atendimento de Crianças e Adolescentes Transferências do governo Federal, Estadual ou órgãos Internacionais;
- IV - Doações de Pessoas Físicas ou Jurídicas;
- V - Doações de bens;

**VI** - Multas e penalidades previstas na [Lei nº 8069/90](#);

**VII** - Receitas de aplicações no mercado financeiro;

**VIII** - outras receitas de qualquer natureza.

## Seção II - Da Competência do Fundo

**Art. 23.** Compete ao Fundo Municipal:

**I** - Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou pela União;

**II** - Registrar os recursos captados pelo Município através de convênios ou por doações ao fundo;

**III** - Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos das resoluções do Conselho dos Direitos;

**IV** - Liberar os recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes nos termos das resoluções do Conselho dos Direitos;

**V** - Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as resoluções do Conselho dos Direitos;

**VI** - Acompanhar a elaboração do orçamento municipal no que diz respeito aos recursos e políticas a serem orçados e previstos para o setor;

**VII** - Gerir e deliberar o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente através de planos de aplicação, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob forma de guarda, de criança ou adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no [art. 227, § 3º VI da Constituição Federal](#);

**VIII** - Manter controle das doações recebidas, bem como emitir, anualmente, relação que contenha nome e CPF ou CNPJ dos doadores, a especificação (se em dinheiro ou bens) e os valores individualizados de todas as doações recebidas, devendo encaminhá-la a unidade da Secretaria da Receita Federal nos prazos legais estipulados.

**Art. 24.** Na definição de prioridades a serem atendidas com os recursos captados pelo fundo, deverão ser consideradas as disposições do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes visando garantir o direito Convivência Familiar.

## CAPÍTULO IV - DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

### Seção I - Da Criação e Natureza do Conselho Tutelar

**Art. 25.** Fica mantido o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, já criado e instalado órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, definidos na [LEI 8.069/90](#).

**§ 1º** A Lei Orçamentária Municipal deverá prever dotação para o custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Tutelar, destinadas para:

**I** - Estrutura física;

**II** - Despesas com subsídios e capacitação dos Conselheiros;

**III** - Aquisição e manutenção de bens móveis e imóveis;

**IV** - Recursos humanos de apoio;

**V** - Material de consumo, meios de transporte, passagens e outras despesas;

**VI** - Meios de transporte, diárias, passagens e outras despesas.

**§ 2º** As Secretarias e Departamentos do Município darão ao Conselho Tutelar o apoio técnico e administrativo necessário à realização de suas finalidades e atribuições, em consonância com os programas estabelecidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**§ 3º** A Administração Municipal deverá colocar servidores a disposição do Conselho Tutelar para desempenhar trabalhos administrativos e auxiliares.

### Seção II - Dos Membros, da Competência e da Escolha dos Conselheiros Tutelares

**Art. 26.** O Conselho Tutelar é órgão integrante da administração pública local, composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela população local, para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha ([art. 132, ECA](#), conforme redação dada pela [Lei 12.696/2012](#)).

**§ 1º** Para cada Conselheiro titular haverá, 01 (um) suplente.

**§ 2º** A recondução, permitida por uma única vez, consiste no direito de concorrer ao mandato subsequente, em igualdade de condições com os demais candidatos, submetendo-se ao mesmo processo de escolha pela sociedade, vedada qualquer outra forma de recondução.

**§ 3º** Em relação aos suplentes, somente o efetivo exercício dos mesmos como conselheiro tutelar num período, consecutivo ou não, superior a metade do mandato, será impedimento à sua recondução.

**§ 4º** Considerada a extensão do trabalho e o caráter permanente do Conselho Tutelar, a função de conselheiro tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, observado o que determina o artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal e artigo 37 da Resolução nº 139/2010 do Conanda.

**Art. 27.** O Conselho Tutelar será coordenado por um membro escolhido pelos seus pares para um período de 01 (um) ano, admitida recondução.

**Art. 28.** Os membros individuais do Conselho Tutelar serão escolhidos por voto direto, secreto, universal e facultativo dos cidadãos do Município, em escolha presidida pelo COMDICAN e fiscalizada pelo Ministério Público na forma da Lei.

**§ 1º** Poderão votar os maiores de 16 (dezesesseis) anos, inscritos como eleitores do Município.

**Art. 29.** O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de Outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial (art. 139, § 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme redação dada pela Lei 12.696/2012).

**§ 1º** A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha (art. 139, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme redação dada pela Lei 12.696/2012).

**§ 2º** Serão considerados eleitos como titulares do Conselho Tutelar os cinco candidatos que obtiverem o maior número de votos.

**§ 3º** Serão considerados como suplentes à Conselheiro Tutelar os demais candidatos, observando-se a ordem de classificação por número de votos, sendo o primeiro suplente o mais votado e assim sucessivamente, até o décimo classificado.

**§ 4º** No caso de candidatos com igual número de votos, serão utilizados, para efeito de desempate, os seguintes critérios, em ordem sucessiva:

- a)** ter experiência mais longa na promoção ou proteção dos direitos da criança e do adolescente;
- b)** ter maior tempo de residência no município;
- c)** ter formação em área vinculada à natureza das atividades desenvolvidas pelo Conselho Tutelar;
- d)** ter idade mais elevada.

**Art. 30.** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedirá Resolução estabelecendo:

- a)** o número de Conselhos Tutelares e respectiva área de abrangência;
- b)** a data do registro de candidaturas;
- c)** os documentos necessários à inscrição;
- d)** o período de duração da campanha eleitoral;
- e)** as demais instruções reguladoras do processo de escolha.

**§ 1º** O prazo para registro de candidaturas durará, no mínimo, 30 (trinta) dias e será precedida de ampla divulgação.

**§ 2º** A campanha eleitoral estender-se-á por período não inferior a 20 (vinte) dias.

**Art. 31.** O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante resolução do COMDICAN e fiscalizado por membros do Ministério Público.

**Art. 32.** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICAN) indicará Comissão Eleitoral responsável pela organização do pleito, bem como toda a condução do processo de escolha.

**Parágrafo único.** Para compor a Comissão Eleitoral o COMDICAN poderá indicar cidadãos e representantes de entidades de ilibada conduta e reconhecida idoneidade moral.

**Art. 33.** No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor (art. 139, § 3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme redação dada pela Lei 12.696/2012).



**Art. 34.** A inscrição e seleção de candidatos ao Conselho Tutelar compreenderão duas fases:

- a) preliminar;
- b) definitiva.

**§ 1º** A inscrição preliminar será deferida aos candidatos que preencham os seguintes requisitos:

- I - Reconhecida idoneidade moral;
- II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- III - Residência fixa de, no mínimo, 02 (dois) anos no Município;
- IV - Escolaridade mínima de Ensino Médio completo;
- V - Experiência mínima de um ano na promoção ou defesa dos direitos da criança e do adolescente, atestada por órgão público ou por entidade registrada no Conselho Municipal de Políticas Setoriais e de Direitos Sociais;
- VI - Não exercer Cargo de Confiança ou Eletivo no Executivo e Legislativo, observando o que determina o [art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal](#);
- VII - Disponibilidade para dedicação exclusiva à função;
- VIII - Estar no gozo de seus direitos políticos;
- IX - Não ter sofrido penalidade de perda de mandato de conselheiro tutelar;
- X - Conhecer a legislação básica de proteção da criança e do adolescente em vigor no País;
- XI - Não ter antecedentes criminais nem responder a processo por crime contra criança ou adolescente ou por violência doméstica e familiar.

**§ 2º** A inscrição definitiva será homologada aos candidatos que preencham, além dos requisitos anteriores, os seguintes:

I - Participar de curso preparatório da área da Infância e Adolescência, organizado ou validado pelo COMDICAM, destacando-se conteúdos relacionados:

- a) [Estatuto da Criança e do Adolescente](#);
- b) Estatuto da Juventude;
- c) Leis Municipais, Estaduais e Federais de proteção a crianças e adolescentes;
- d) [Constituição Federal](#).

II - Submeter-se à prova escrita, de caráter eliminatório, sobre o tema específico do curso quando deverá alcançar no mínimo 60% (sessenta por cento) de acertos;

III - Submeter-se a prévia avaliação psicológica de caráter eliminatório.

a) A inaptidão do candidato produz efeitos apenas para o presente processo de escolha, referindo-se aos padrões de adaptação e desempenho das funções a serem assumidas, em nada interferindo no que respeita ao prosseguimento do seu exercício profissional normal.

b) A avaliação psicológica será realizada de forma eliminatória sendo que os candidatos serão submetidos a teste psicológico, entrevista escrita e dinâmica;

c) A avaliação psicológica visa medir habilidades específicas, como: atenção e inteligência geral, bem como características de estrutura de personalidade, que são indicadores que permitem ao psicólogo avaliar, em termos de probabilidade, o potencial latente apresentado pelo candidato em questão, sua capacidade para solução de problemas, além de verificar se o mesmo demonstra traços de personalidade, condições de equilíbrio e ajuste psicossocial adequados ao desempenho das atribuições de Conselheiro Tutelar;

d) A avaliação psicológica terá caráter eliminatório e deverá ser realizado, preferencialmente, por profissional contratado para essa finalidade, a fim de garantir a imparcialidade dos resultados.

e) Somente serão submetidos à referida avaliação os candidatos que tiverem sido aprovados na avaliação escrita descrita no artigo anterior.

**§ 3º** A realização do curso preparatório e a prova mencionada neste artigo, bem como os respectivos critérios de presenças, carga horária, validação e ou homologação de certificados e aprovação, ficarão a cargo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que regulamentará as fases previstas, através de resolução.

**§ 4º** A ausência, de no mínimo, 10 (dez) candidatos obriga a Comissão eleitoral promover novo período de inscrições.

**Art. 35.** O candidato será considerado habilitado para concorrer ao pleito eleitoral se for aprovado em todas as fases anteriores.

**Seção III - Das Atribuições do Conselho Tutelar:**

**Art. 36.** São atribuições do Conselho Tutelar, previstas na Lei Federal nº 8.069.

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII do ECA;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no artigo 129, I a VII do ECA;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

- a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no artigo 101, de I a VI do ECA, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente, quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no artigo 220, § 3º, inciso II da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, depois de esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

**Parágrafo único.** Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinentemente o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

#### Seção IV - Do Mandato e Posse dos Conselheiros Tutelares

**Art. 37.** Os membros escolhidos serão empossados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com registro em ata e nomeados pelo Prefeito Municipal, com publicação no Diário Oficial do Município.

§ 1º Ocorrendo vacância no cargo, assumirá o suplente que na ordem, houver recebido o maior número de votos e se for o caso, observados ainda, os critérios estabelecidos no artigo 29 da presente Lei.

#### Seção V - Do Exercício da Função e da Remuneração dos Conselheiros

**Art. 38.** O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§ 1º O cargo de Conselheiro Tutelar é de dedicação exclusiva, sendo incompatível com o exercício de outra função pública ou privada.

§ 2º É vedado aos conselheiros:

I - Receber a qualquer título, honorários, exceto dispêndios legais;

II - Exercer a advocacia na Vara da Infância e da Juventude;

III - Divulgar, por quaisquer meio, notícias a respeito de fato que possa identificar a criança, o adolescente ou sua família, salvo autorização judicial, nos termos da Lei Federal nº 8.069/90.

**Art. 39.** Os membros do Conselho Tutelar serão remunerados pelo valor mensal de R\$ 789,67 (setecentos e oitenta e nove reais e sessenta e sete reais).

§ 1º A remuneração será atualizada na mesma data e nos mesmos índices dos reajustes que for concedido aos servidores públicos municipais.

§ 2º O exercício do mandato de Conselheiro Tutelar não gera relação de emprego com municipalidade, nem outros direitos, exceto os previstos nesta lei.

§ 3º A remuneração prevista no *caput* deste artigo entrará em vigor a partir da publicação da presente Lei.

**Art. 40.** Sendo o escolhido Conselheiro Tutelar algum Servidor Municipal, este poderá optar pelos vencimentos de seu cargo, vedada acumulação de vencimentos e assegurada à contagem de serviço para fins de aposentadoria, bem como o retorno ao cargo ou função que exercia, findo o mandato de Conselheiro.



**Art. 41.** Na qualidade de membros eleitos, por mandato, os conselheiros não serão funcionários do quadro da Administração Municipal, mas terá remuneração a título de gratificação, reajustável na mesma data e percentual dos Servidores Municipais.

§ 1º Durante o exercício efetivo do mandato serão assegurados os direitos referentes à:

- I - cobertura previdenciária;
- II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de um terço do valor da remuneração mensal;
- III - licença à gestante;
- IV - licença-paternidade;
- V - gratificação natalina;
- VI - Outras vantagens asseguradas ao servidor municipal.

§ 1º Aos membros do Conselho Tutelar também será assegurado o direito de licença para tratamento de saúde, na forma e de acordo com os ditames do estatuto do servidor público municipal, aplicado no que couber e naquilo que não dispuser contrariamente esta Lei.

§ 2º Os Conselheiros Tutelares terão direito a diárias ou ajuda de custo para assegurar a indenização de suas despesas pessoais quando, fora de seu município, participarem de eventos de formação, seminários, conferências, encontros e outras atividades semelhantes, e quando nas situações de representação do conselho.

§ 3º As diárias ou ajuda de custo deverão ser solicitadas previamente e dependerão de autorização da autoridade competente.

**Art. 42.** É vedada a acumulação da função de conselheiro tutelar com cargo, emprego ou outra função remunerada, observada a que determina o artigo 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal.

**Art. 43.** Deverá constar na lei orçamentária do município a previsão de recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares.

**Parágrafo único.** Os membros escolhidos como titulares, deverão participar de processo de formação e capacitação da legislação específica, às atribuições do cargo e a demais aspectos da função, promovida pelo COMDICAN.

**Art. 44.** O Conselho Tutelar funcionará diariamente e em regime de plantão, em local de fácil acesso com infraestrutura adequada, disponibilizada pelo Município.

§ 1º Durante os dias úteis o atendimento será prestado de acordo com os horários das demais repartições municipais, por pelo menos 03 (três) conselheiros tutelares, cuja escala e divisão de tarefas será disciplinada pelo respectivo regimento interno.

§ 2º Durante os plantões noturnos e de final de semana/feriado será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno, observando-se sempre a necessidade de previsão de segunda chamada (conselheiro tutelar de apoio).

§ 3º A escala de plantões será divulgada nos meios de comunicação, bem como a forma de localização e comunicação dos telefones dos Membros do Conselho Tutelar e entregue na Delegacia de Polícia, ao Comando da Brigada Militar e ao juiz Diretor do Foro.

§ 4º O Regimento Interno do Conselho Tutelar sempre que necessitar ser alterado necessitará da homologação e publicação na imprensa através de Resolução do COMDICAN, para ter efetiva validade.

§ 5º Os Conselheiros Tutelares deverão expedir um relatório trimestral das atividades desenvolvidas, o qual deverá ser enviado ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo e ao COMDICAN.

**Art. 45.** O membro do Conselho Tutelar que se candidatar a um mandato eletivo público, deverá licenciar-se, sem remuneração, 03 (três) meses antes da data da eleição.

§ 1º O Membro do Conselho Tutelar, suplente de mandato público eletivo, deverá licenciar-se sem remuneração, sempre que entrar em exercício do mesmo.

§ 2º O Membro do Conselho Tutelar que for eleito como titular de mandato público deverá renunciar ao cargo do Conselho Tutelar a partir da posse do cargo público eletivo.

**Art. 46.** A requerimento fundamentado do Conselheiro Tutelar interessado poderá ser concedida, pelo COMDICAN, após o cumprimento de 01 (um) ano de mandato, até duas licenças não remuneradas, pelo período mínimo de 02 (dois) meses e máximo de 06 (seis) meses, cada.

**Seção VI - Da Convocação Dos Suplentes**

**Art. 47.** O Conselho Tutelar funcionará sempre e com, no mínimo, os 05 (cinco) membros titulares.

**Art. 48.** Convocar-se-ão os suplentes de Conselheiros Tutelares nos seguintes casos:

- I - quando as licenças a que fazem jus os titulares excedem 30 (trinta) dias;
- II - na hipótese de afastamento não remunerado previsto na Lei;
- III - no caso de renúncia do Conselheiro titular.

§ 1º Findado o período de convocação do suplente, com base nas hipóteses previstas nos incisos acima, o Conselheiro titular será imediatamente reconduzido ao Conselho respectivo.

§ 2º O suplente de Conselheiro Tutelar perceberá a remuneração e os direitos decorrentes do exercício do cargo, quando substituir o titular do Conselho, nas hipóteses previstas nos incisos I a III deste artigo.

§ 3º A convocação do suplente obedecerá estritamente à ordem resultante da eleição ou se for o caso, seguirão os critérios estabelecidos no artigo 28 da presente Lei.

**Art. 49.** O COMDICAN comunicará ao Poder Executivo Municipal, imediatamente, os casos de:

- vacância;
- afastamento do titular, independente do motivo, por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

**Art. 50.** O COMDICAN convocará, no prazo de 48 horas, o suplente mais votado para assumir as funções do conselheiro titular, temporariamente.

**Art. 51.** No caso de inexistência de suplentes em qualquer tempo, o COMDICAN deverá realizar o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas.

**CAPÍTULO V - DO CONTROLE, FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS CONSELHOS TUTELARES**

**Art. 52.** O Conselheiro Tutelar, na forma da lei municipal e a qualquer tempo, poderá ter seu mandato suspenso ou cassado, no caso de descumprimento de suas atribuições, prática de atos ilícitos ou conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade.

**Art. 53.** As situações de afastamento ou cassação de mandato de Conselheiro Tutelar devem ser precedidas de sindicância e/ou processo administrativo, assegurando-se a imparcialidade dos responsáveis pela apuração, o direito ao contraditório e a ampla defesa.

**Seção I - Do Processo Disciplinar**

**Art. 54.** Compete ao COMDICAN constituir uma comissão de ética ou de processo disciplinar para apurar falta cometida por Conselheiro Tutelar no exercício de sua função.

**Art. 55.** A comissão de ética será composta por 04 membros, sendo:

02 (dois) Conselheiros de Direitos, 01 Conselheiro Tutelar e 01 (um) representante do Poder Executivo, sendo, obrigatoriamente, da Procuradoria Geral do Município ou órgão correlato.

**Art. 56.** Constitui falta grave:

- I - usar de sua função em benefício próprio;
- II - romper o sigilo em relação aos casos analisados pelo Conselho Tutelar do qual faz parte;
- III - exceder-se no exercício da função de modo a exorbitar sua competência, abusando da autoridade que lhe foi conferida;
- IV - recusar-se a prestar atendimento;
- V - aplicar medida de proteção sem a decisão do Conselho Tutelar do qual faz parte;
- VI - omitir-se quanto ao exercício de suas atribuições;
- VII - deixar de comparecer no horário de trabalho estabelecido;
- VIII - exercer outra atividade incompatível com a dedicação exigida prevista nesta Lei.

**Art. 57.** Constatada a falta grave, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades.

- I - Advertência;
- II - Suspensão não remunerada;
- III - Perda da função.

**Parágrafo único.** A penalidade aprovada em plenário pelo COMDICAN deverá ser convertida em ato administrativo pelo chefe do Executivo Municipal.

**Art. 58.** Aplica-se a advertência nas hipóteses previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII e VIII do artigo 41 desta Lei.

**Parágrafo único.** Nas hipóteses previstas nos incisos II, IV e V, a Comissão de Ética poderá propor a penalidade de suspensão não remunerada, desde que não caracterizado o irreparável prejuízo pelo cometimento da falta grave, remetidas ao COMDICAT que, em plenária, deliberará sobre as medidas indicadas ou cabíveis.

**Art. 59.** Aplica-se a penalidade de suspensão não remunerada sempre que ocorrer reincidência comprovada ou na hipótese prevista no inciso I do artigo 41 desta Lei.

**Parágrafo único.** Considera-se reincidência comprovada quando constatada falta grave em sindicância anterior, regularmente processada.

**Art. 60.** Aplica-se a penalidade de perda da função quando, após a aplicação de suspensão não remunerada, o Conselheiro Tutelar cometer falta grave, regularmente constatada em sindicância.

## Seção II - Da perda do mandato e dos impedimentos dos Conselheiros

**Art. 61.** Perderá o mandato o Conselheiro que for condenado por sentença irrecorrível, pela prática de crime ou contravenção.

**Parágrafo único.** Verificada a hipótese prevista neste artigo, o Conselho de Direitos declarará vago o posto de Conselheiro, dando posse imediata ao primeiro suplente.

**Art. 62.** São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendente e descendente, o(a) e genro ou nora, irmãos(as), cunhados(as), tios(as), sobrinhos(as), padrasto ou madrasta e enteado(a).

**Parágrafo único.** Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na justiça da infância e da juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital local.

## CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 63.** Para os conselheiros em exercício é aplicado, no que couber, os dispostos nesta Lei, respeitando-se o direito adquirido, até o término do mandato em 2014.

**Art. 64.** Para fins de adequação do processo de escolha, de que trata este artigo, prorrogar-se-á o mandato dos conselheiros tutelares que estiverem no seu exercício regular no momento da aprovação desta Lei, não sendo possível a redução de mandato dos conselheiros, estendendo-se até 09/01/2016.

**Art. 65.** No prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar em funcionamento deverão revisar e aprovar seus respectivos regimentos internos, nos termos desta Lei bem como das resoluções do Conanda, dando ciência ao Poder Executivo, ao Juízo da Infância e da Juventude e ao Ministério Público.

**Art. 66.** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação própria, consignadas nas respectivas leis de meios.

**Art. 67.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições das Lei(s) Municipal (is) nº 2.440 de 05/09/2007.

*Gabinete do Prefeito Municipal de Nonoai, 18 de dezembro de 2013.*

JOÃO VIANEI RUBIN  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE  
DATA SUPRA

ANTÔNIO TADEU V. DE LINHARES  
Sec. de Adm. e Rec. Humanos